

O baixo grau de desenvolvimento humano do município deve-se às condições educacionais e à renda. A taxa de analfabetismo é de 38,4% e a renda familiar per capita média é de 0,6 salários mínimos (setembro de 1991).

O índice de condições de vida em Picos que era de 0,348 em 1970, passa a 0,461 em 1980 e chega a 0,579 em 1991. Um crescimento de 66,4% no período considerado.

Verifica-se que o município atinge médio nível de condições de vida em 1991, e seu ICV não é melhor devido, principalmente, a alta taxa de analfabetismo (38,4%) e o baixo número médio de anos de estudo (3,2 anos).

ressalta-se que o município possui elevada desigualdade de distribuição de renda ($L=0,62$), o que também verifica-se na Microrregião de Picos ($L=0,62$) e no Estado do Piauí ($L=0,76$). Além disso, há em Picos uma alta proporção de pobres (69,23%). Na Microrregião essa proporção é de 78,37% e no Piauí é de 78,14%.

A elevada desigualdade pode ser explicada pelo baixo número médio de anos de estudo (3,2 anos) e pela porcentagem de pessoas que trabalham por conta própria (36%).

A alta proporção de pobres é influenciada pela baixa escolaridade, pela porcentagem do pessoal ocupado no setor de serviços (51,61%), que engloba as pessoas que trabalham no setor informal onde não existem os mecanismos de proteção social (carteira assinada, 13º salário). Destaca-se que o valor da produção agropecuária destinado ao auto-consumo é de aproximadamente 30%, segundo Censo Agropecuário 1995-1996.

Recomenda-se que as políticas públicas passem, prioritariamente, pelo incentivo à educação, como forma de garantir um melhor grau de desenvolvimento humano ao município.

*DANIELLE CANCINA CRENENBERGER é economista e bolsista EP do TROPEN/UFPI/CNPq

**JARA MARIA A. ROSA GOMES é Prof. Adjunta do Departamento de Economia UFPI, Pesquisadora do TROPEN/UFPI e Doutora em Economia Aplicada ESALQ/USP

A UFPI E O

*WASHINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM

A teoria econômica recente tem enfatizado a idéia de que os novos fatores locacionais para o desenvolvimento não mais se ligam à terra, abundância de mão-de-obra e de recursos naturais, chamados tradicionais e com peso cada vez menor em relação aos não-tradicionais, compostos por fatores como a qualificação da mão-de-obra, recursos tecnológicos, vida cultural, existência de centros de pesquisa e desenvolvimento e disponibilidade de serviços altamente especializados.

No Piauí, quando se fala em desenvolvimento, no geral os debates remetem às nossas potencialidades naturais, em especial na discussão sobre os cerrados. O que gostaria de sugerir então, é a necessidade de mudança de enfoque na discussão, conferindo privilégio à busca de alternativas concretas para o Estado, sobretudo no que diz respeito às perspectivas de inserção de nossa economia em um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

O ponto fundamental diz respeito às possibilidades que a UFPI poderia oferecer em termos de conhecimento e pesquisas sobre o Piauí, em registro que permitisse a formação de recursos humanos especializados e preocupados com as temáticas da governança, do planejamento, da gestão empresarial e da cultura, em chave interpretativa voltada ao objetivo de constituir um programa de pesquisas fortemente engajado com o compromisso de servir de ponto de apoio ao desenvolvimento estadual.

É mister então, anotar duas questões importantes. Por um lado, apesar de se aproximar de seus trinta anos de existência, a Universidade Federal ainda não conseguiu consolidar-se como uma instituição de tradição em pesquisa acadêmica. Muito longe disto, a limitação do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, todos eles de mestrado, o baixo índice de titulação de seu corpo docente

e a dedicação quase exclusiva ao ensino de graduação e as pós-graduações *lato sensu* revelam o perfil de uma instituição que tem muito ainda a caminhar na direção de criar conhecimento, formar recursos humanos de alta qualificação e, sobretudo, oferecer condições para que se desenvolvam novas tecnologias e processos que nos auxiliem na recuperação do Estado.

"... apesar de se aproximar de seus trinta anos de existência, a Universidade Federal ainda não conseguiu consolidar-se como uma instituição de tradição em pesquisa acadêmica."

Outra questão importante é relativa ao estágio atual em que a UFPI se encontra. De um lado, pressionada pelo ambiente hostil da política econômica e educacional do Governo Federal. Por outro, vítima dos erros e omissões característicos de um organismo público que conviveu durante longo período com administrações que, a despeito de a terem estruturado, legaram-na em um ambiente institucional perverso, originário de práticas clientelistas, um certo nepotismo e, acima de tudo, compromisso quase nulo com excelência acadêmica e científica, salvo dignas e honrosas exceções, que convivem dialeticamente com as barreiras e bloqueios típicos de uma política provinciana, que se utiliza de indicadores não acadêmicos para mensurar suas administrações, em geral miopes do ponto de vista da busca de oportunidades de desenvolvimento institucional e profundamente limitadas quando se trata de avançar oportu-

DESENVOLVIMENTO

nidades de intercâmbio científico e tecnológico.

Este é certamente um diagnóstico negativo, pessimista e, de certa maneira, também míope, pois, olha o passado e o projeta para o presente sem deter-se às concretas possibilidades de mudanças. Trata-se, enfim, de uma visão estática da realidade, pouca atenta aos microfatos que proporcionam esperanças de sobrevivência a uma instituição cujo destino terá de ser, inevitavelmente, assumido à dianteira dos processos de estruturação da ciência e tecnologia estaduais.

Tive, em oportunidade anterior, a chance de comentar o auspício que representam os núcleos de pesquisa que vêm sendo criados por toda a universidade, reunindo, em sua maioria, equipes interdisciplinares cuja meta tem sido a produção de conhecimento sobre aspectos importantes de nossa realidade, além de estarem se constituindo em ótimo celeiro de formação de recursos humanos para a pesquisa acadêmica, que no futuro poderão nos ajudar a dar continuidade à reconstrução da UFPI, a partir de uma perspectiva comprometida com os tais fatores locais e não tradicionais de desenvolvimento.

Neste sentido, há um aspecto fundamental da presença destes núcleos que gostaria de enfatizar: sua vocação para destituir os departamentos como unidades primordiais de estruturação da universidade. A discussão sobre a falência da estrutura departamentalizada das universidades não é nova e está baseada em argumentos diversos, que vão desde a impraticabilidade da gestão universitária através deste modelo, até a característica epistemológica rígida e ultrapassada que trazem consigo, basicamente desconhecendo o fenômeno da interdisciplinaridade e tolhendo iniciativas acadêmicas que, possuindo aquele traço, apontam caminhos promissores para a pesquisa e a formação de recursos humanos.

Um segundo aspecto digno de nota, na ênfase dinâmica de análise que gostaria de imprimir à reflexão sobre a UFPI, diz respeito ao conjunto de pesquisas e conhecimentos que têm sido trazidos no bojo das inúmeras dissertações e teses que vêm sendo defendidas por nossos professores. Ali está, no meu entendimento, a matéria-prima básica da qual se extrairão as questões e os problemas de pesquisa que devem marcar o início da inserção da instituição no contexto científico nacional, reclamando a temática regional como elemento contextual crítico para a perspectiva de teorização sobre a realidade brasileira. Mas, o que nos falta então para dar a largada e avançar no sentido de tomar à dianteira do debate sobre o futuro e o destino de nosso Estado? Desta feita, o diagnóstico passa pelo retorno aos aspectos históricos, anteriormente citados, que fazem parte do legado institucional da universidade. O primeiro deles diz respeito ao excesso de regulações e de vida burocrática existentes. É possível construir carreiras inteiras voltadas ao aprendizado e exercício de tarefas burocráticas absolutamente estéreis, que imprimem à dinâmica da vida da instituição um ritmo lento, exasperante e perdulário, em termos de tempo e recursos gastos na satisfação de requisitos estranhos à proficiência e eficácia do trabalho acadêmico e científico.

Em segundo lugar, após o período ditatorial montou-se uma estrutura colegiada de decisões que, além de impedir a determinação de responsabilidades sobre destinos e atos relativos ao dia a dia da universidade, terminam por transformar o cotidiano dos professores em um sem fim de reuniões maçantes, debates infrutíferos sobre o óbvio ululante e, mais do que isso, a quase absoluta incapacidade de planejar, no longo prazo, atribuir responsabilidades específicas e criar relacionamentos duradouros entre projetos acadêmicos individuais e institucionais.

Em terceiro lugar, e não menos importante, está uma certa decadência da atividade de ensino no interior da instituição. Por paradoxal que pareça, vive-se a estranha situação de, na maioria dos cursos, professores e alunos dedicarem-se às lides do autoengano, que no final da década de 80 atendi pelo nome de *pacto da mediocridade*. O paradoxo fica por conta do discurso comum de que a excelência, a qualidade e a dedicação ao conhecimento já constituem traços básicos do perfil de um profissional com chances de se estabelecer no mercado de trabalho. No entanto, em todos esses anos, os argumentos para justificação da irresponsabilidade não mudaram, de ambos os lados. Para uns continuam sendo os salários baixos, a falta de condições de trabalho, e blá, blá, blá. Para outros, são as condições de vida, o trabalho, a falta de perspectivas pós-formatura e um rosário de amúrias, algumas justificadas, outras, certamente a maioria, escondendo a limitação de interesse e horizontes pessoais. No agregado, a impressão geral é que não produzimos conhecimento, fato que pode ser mensurado pelo baixo volume de publicações de nossos professores; também não estamos ensinando bem, algo mais difícil de mensurar, salvo pelos novos mecanismos de controle do ensino superior implantados recentemente pelo MEC.

"Ao insistirmos em reproduzir o passado e olharmos as dificuldades como obstáculos intransponíveis, estaremos apenas seguindo a trilha de atraso e exclusão de que tanto reclamamos."

Volto então ao ponto inicial. A UFPI tem enorme responsabilidade do ponto de vista da criação de condições para o desenvolvimento dos fatores locais não-tradicionais para o superamento da economia piauiense. Isto não significa, é bom que se esclareça, uma ênfase em ensino de tipo tecnológico, voltado para o mercado, ou do tipo utilitário, para usar uma expressão mais geral. Ao contrário, trata-se de ativar nossas potencialidades intelectuais em toda a sua plenitude, reorganizando a instituição do ponto de vista burocrático; avançando no sentido de parcerias com ONGs e instituições internacionais de apoio e fomento à pesquisa e ao desenvolvimento; investindo esforços e recursos na qualificação do corpo de funcionários da instituição; encaminhando discussões abertas e transparentes sobre o futuro e alternativas institucionais; criando condições infra-estruturais e de trabalho para aqueles que buscam dedicação à pesquisa científica; estimulando a pós-graduação *stricto sensu* em postura pró-ativa, com a Pró-Reitoria funcionando como elemento indutor e facilitador de projetos; finalmente, investindo pesadamente no redesenho institucional, de forma que nossas fraquezas atuais sejam elementos motivadores para o desenvolvimento de habilidades e talentos cruciais para o Estado.

Ao insistirmos em reproduzir o passado e olharmos as dificuldades como obstáculos intransponíveis, estaremos apenas seguindo a trilha de atraso e exclusão de que tanto reclamamos. A mudança, porém, não depende apenas de boa vontade, é necessário um projeto, denso, claro, fruto de discussão aberta entre os vários setores da vida universitária. No entanto, este, é condição necessária, mas não suficiente. É igualmente fundamental o comprometimento, que implica revisão de prioridades, enfrentamento de resistências e garimpagem de apoios. Será que há agenda mais urgente para o próximo Reitor? ●

* WASHINGTON LUIS DE SOUSA BONFIM é professor do Dept de Ciências Sociais/UFPI e Doutor em Ciência Política.

A EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA

* ALMIR BITTENCOURT DA SILVA

** MANOEL BOSCO DE ALMEIDA

O crescimento econômico moderno é caracterizado por elevadas e contínuas taxas de crescimento da renda *per capita* dos países. Um fato marcante nesse processo é que a elevação da renda *per capita* tem-se dado mesmo frente a elevadas taxas de crescimento populacional e sem a incorporação, no processo produtivo, de significativos recursos econômicos.

Tal resultado somente tem sido possível devido ao constante crescimento da produtividade agregada, o qual resulta da contínua introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo. Essas inovações, por seu turno, estão cada vez mais relacionadas ao avanço da ciência. Disso resulta a crescente importância tanto da ciência como da taxa de avanço tecnológico na determinação dos padrões de crescimento e aumentos de produtividade da economia, particularmente no setor industrial, bem como nas variações ao longo do tempo desses padrões entre países e entre indústrias de um mesmo país.

As diferenças nos padrões de crescimento entre países, por outro lado, têm-se constituído em um ponto central das teorias de crescimento e desenvolvimento econômico. Dados sobre renda *per capita* e produtividade, por exemplo, mostram grandes disparidades nos níveis e nas taxas de crescimento entre países e particularmente entre países ricos e pobres. Um aspecto a se destacar é que para um número expressivo de países esse hiato de renda *per capita* parece um fosso intransponível e no caso de muitos países em desenvolvimento esta distância que separa níveis distintos de padrões de vida tem na

realidade até mesmo aumentado ao longo do tempo.

Examinando os países desenvolvidos, principalmente os integrantes da OECD, constata-se uma contínua redução das disparidades e, portanto, uma maior equalização dos padrões econômicos de todo o conjunto de países que formam a mencionada organização. Este processo, que se convencionou qualificar de hipótese da convergência, é também denominado de processo de homogeneização, em contraposição ao processo de convergência conhecido por *catch-up*.

Este último, por sua vez, corresponderia a uma tendência de redução nos hiatos de produtividade e renda *per capita* entre países atrasados e desenvolvidos, mesmo em face da elevação do padrão de vida observado nestes últimos, resultando então na redução das desigualdades entre países ricos e pobres tanto em termos absolutos como relativos. A referida hipótese em sua essência procura examinar as causas para a existência de diferenciais de produtividade e renda *per capita* entre países e, em particular, por que razão em alguns casos os hiatos têm-se mantido ou mesmo ampliado, e em outros, diminuído.

Vários estudos dedicam especial atenção ao exame da contribuição de um conjunto de variáveis para o processo de convergência da produtividade ou do produto *per capita*. Muitos desses trabalhos têm investigado o caso da relevância da educação na explicação e influência sobre o crescimento econômico dos países e na intensificação dos processos de convergência. Na maioria dos estudos, pro-